

SEÇÃO I - PODER EXECUTIVO

- SUBSEÇÃO "A" -

GRÃO-MESTRADO GERAL

MENSAGEM



Grande Oriente do Brasil

Fundado em 17/06/1822 | Palácio Maçônico - Jair Assis Ribeiro

Mensagem do GMG

Tema: Garantia dos Direitos Fundamentais: Saúde, Educação, Assistência Social, Liberdade de Imprensa e de Expressão

O Grande Oriente do Brasil – GOB, fundado em 1822, é a mais antiga e tradicional potência maçônica do nosso País, com reconhecida atuação cívica, filantrópica e institucional, em estreita harmonia com os princípios democráticos da República Federativa do Brasil.

Os direitos fundamentais (vida, liberdade, igualdade, segurança, propriedade, saúde, educação etc.) constituem o alicerce sobre o qual tudo o mais se edifica. Sua garantia não pode ser meramente formal, inscrita em leis, mas deve se traduzir em realidade concreta na vida de cada cidadão.

O GOB firma posição no sentido de que nosso Brasil se encontra diante de um mosaico de desafios, problemas e questões de toda ordem, envolvendo preceitos constitucionais, textos legais e dificuldades executivas.

Saúde

A saúde é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, no artigo 196, que estabelece que "a saúde é direito de todos e dever do Estado". O Sistema Único de Saúde (SUS) é o principal instrumento para garantir esse direito, oferecendo acesso universal, integral e gratuito a serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde.

Apesar dos avanços proporcionados pelo SUS, como a vacinação em massa, o atendimento básico e programas como o Saúde da Família, desafios persistem. Entre eles estão a desigualdade regional, a falta de financiamento adequado, a superlotação em unidades de saúde e a dificuldade no acesso a tratamentos especializados.

A atuação do Estado, por meio de políticas públicas efetivas e do fortalecimento do SUS, é essencial para a plena realização desse direito fundamental, promovendo equidade e dignidade para toda a população.

A garantia do direito à saúde no Brasil está intimamente ligada ao acesso ao saneamento básico, outro componente essencial para a promoção da dignidade humana. A ausência ou precariedade de serviços como abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana impactam, diretamente, na saúde da população, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Doenças de veiculação hídrica, como diarreias, hepatites e leptospirose, são agravadas pela falta desses serviços, sobrecarregando o SUS e comprometendo a efetividade das políticas públicas de saúde. Assim, a universalização do saneamento básico é condição indispensável para a concretização do direito à saúde, exigindo ações integradas e investimentos contínuos por parte do Estado.



Saneamento básico no Brasil

A triste realidade é que milhões de pessoas ainda vivem em condições precárias, privadas do acesso adequado a serviços básicos de água e esgoto. O cenário do saneamento básico no Brasil enfrenta uma série de desafios que afetam diretamente a qualidade de vida de milhões de pessoas em todo o país.

Para enfrentar essa batalha é fundamental que todas as esferas do governo, em conjunto com a sociedade civil e o setor privado, promovam, de modo integrado, políticas públicas eficientes, investimentos adequados e medidas de controle e fiscalização mais rigorosas. Priorizar o acesso universal a serviços de água potável e saneamento básico é essencial para garantir a saúde, a dignidade e o bem-estar de todos os brasileiros, além de promover o desenvolvimento sustentável do país.

O GOB enfatiza posicionamento no sentido de considerar o saneamento como um direito humano pela Constituição brasileira. Em 2025, o Senado aprovou a PEC 2/2016, que insere o saneamento como direito social no art. 6º, equiparando-o a saúde, educação etc. A proposta segue para votação na Câmara.

No entendimento do GOB, o saneamento básico revela tríplice conexão com a saúde pública: qualidade de vida, inclusão social e dignidade e o bem-estar de todos os brasileiros, constituindo, portanto, tema estratégico em qualquer projeto nacional de soberania e desenvolvimento.

Educação

O GOB já manifestou posicionamento acerca do tema **Educação, cenário para um Brasil melhor**.

O novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2024–2034, cujo prazo do plano anterior foi prorrogado somente até 31 de dezembro de 2025, representa uma oportunidade imperdível para consolidar políticas educacionais ambiciosas, com metas claras de qualidade, equidade e inclusão. No entanto, sua tramitação ainda não foi concluída no Congresso: o Projeto de Lei nº 2614/2024 aguarda análise na Câmara, dentro da Comissão Especial criada em abril de 2025

Com a ausência de um PNE atualizado e aprovado, o Brasil fica refém de planos antigos e metas já ultrapassadas, o que prejudica a implementação de políticas eficazes na educação infantil, no combate à defasagem de aprendizagem, na valorização do magistério e na ampliação da educação profissional e superior.

Assistência Social e seu alcance político-estratégico

Assistência Social é tema de enfrentamento direto por toda a Nação Brasileira.

O Grande Oriente do Brasil reconhece a assistência social como um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito e uma expressão prática do princípio da Fraternidade. Na Constituição Federal (art. 203), a assistência social é direito de quem dela necessitar, independentemente de contribuição, e dever do Estado.



A ideia de assistência social fica muito reduzida caso seja tratada apenas como mecanismo de transferência de renda ou paliativo da pobreza. A assistência social, em sua plenitude, deve integrar políticas de inclusão, autonomia e promoção da cidadania plena, baseadas em princípios como:

- **Promoção da Dignidade Humana:** Assistir não é apenas suprir carências, mas restaurar a dignidade de quem vive à margem. Todo ser humano tem direito a condições mínimas de existência com segurança, saúde, moradia e oportunidade.
- **Participação e protagonismo:** O beneficiário da assistência social deve ser visto como cidadão ativo e não como dependentes de benesses financeiras de governo. O GOB propõe a valorização de programas que promovam capacitação, inclusão produtiva e empreendedorismo social.
- **Integração com políticas públicas estruturais:** A assistência social deve ser articulada com políticas de educação, saúde, habitação e trabalho. É necessário romper o ciclo da pobreza por meio da educação e da inclusão produtiva, e não o que apenas o perpetua por dependência.
- **Ação complementar da sociedade civil e das instituições maçônicas:** A Maçonaria, historicamente envolvida em obras filantrópicas, deve continuar promovendo ações solidárias, porém com foco na emancipação social, no estímulo à autossuficiência e no apoio a famílias vulneráveis com responsabilidade e método.
- **Descentralização e controle social:** Os recursos e ações devem ser descentralizados e controlados por conselhos comunitários, garantindo transparência, fiscalização e aderência às realidades locais.

O GOB é de opinião que, uma vez sendo uma política pública com real ênfase nos princípios descritos, a assistência social terá condições de atingir objetivos no sentido de assegurar a proteção social aos cidadãos, e não uma mera ação assistencialista, minimizando seu valor político-estratégico.

Dimensões das liberdades

As liberdades fundamentais constituem um dos pilares essenciais da democracia, sendo protegidas de maneira expressa pela Constituição Federal de 1988. Elas abrangem ampla gama de direitos individuais e coletivos que asseguram a dignidade humana e o exercício pleno da cidadania.

Fundamental entender que não se trata apenas da liberdade de imprensa e de expressão, mas sim de um conjunto integrado de direitos que sustentam a convivência democrática e o pleno exercício da cidadania. Cada uma dessas dimensões contribui para garantir que o indivíduo possa viver com dignidade, influenciar o rumo das políticas públicas e se desenvolver plenamente em sociedade. Portanto, a proteção e a promoção dessas múltiplas liberdades são essenciais para fortalecer a democracia, combater desigualdades e prevenir qualquer forma de autoritarismo.

Em pleno alinhamento com suas tradições, o Grande Oriente do Brasil defende a:

- Liberdade de expressão;
- Liberdade de opinião;



- Liberdade de comunicação e o direito de acesso aos meios para a expressar suas opiniões;
- Liberdade de imprensa;
- Liberdade religiosa;
- Liberdade de interlocução;
- Liberdade de locomoção;
- Liberdade de decisão;
- Liberdade para o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a Lei exigir;
- Liberdade de reunião, com fins pacíficos;
- Liberdade de associação;
- Liberdade política; e
- Liberdade econômica.

CONCLAMAÇÃO À SOCIEDADE BRASILEIRA

O Grande Oriente do Brasil – GOB, guardião de uma longa tradição de compromisso com a liberdade, a justiça e a fraternidade, conclama todos os cidadãos, instituições e líderes a se unirem em torno de uma causa maior: a efetiva concretização dos direitos fundamentais em nosso país.

Vivemos tempos de desafios complexos e persistentes nas áreas da saúde, da educação, da assistência social e das liberdades públicas. A mera existência desses direitos no texto constitucional não garante sua realização plena. É necessário que a sociedade civil, os entes estatais e as instituições organizadas se mobilizem para transformar esses princípios em realidade concreta para todos os brasileiros.

Conclamamos, portanto, à reflexão e à ação:

- Que a saúde pública seja vista como dever inadiável do Estado e direito de toda a população, com especial atenção à universalização do saneamento básico como alicerce da dignidade humana;
- Que a educação, base de uma nação livre e desenvolvida, seja conduzida com metas claras, inclusão e valorização do magistério;
- Que a assistência social seja compreendida como instrumento de promoção da autonomia, não como dependência assistencialista;
- Que a liberdade — em todas as suas dimensões — seja defendida como valor inegociável e sinal de vitalidade democrática.



Neste momento histórico, o GOB reafirma seu papel como voz ativa e vigilante na defesa desses valores. Chamamos cada brasileiro e brasileira a se posicionar com coragem, responsabilidade e espírito cívico. Só com união, solidariedade e firmeza ética poderemos construir uma sociedade mais justa, fraterna e plenamente democrática.

Oriente de Brasília, 31 de julho de 2025

Fraternalmente,



ADEMIR CANDIDO DA SILVA
Grão-Mestre Geral
Grande Oriente do Brasil